

10 ANOS DE ARS HISTORICA: MEMÓRIA(S) DE UMA REVISTA DISCENTE

10 YEARS OF ARS HISTORICA: MEMORIE(S) OF A STUDENT'S JOURNAL

ALINE MONTEIRO DE CARVALHO SILVA *
FILIPE DURET ATHAIDE *
JULIANA TORRES RODRIGUES PEREIRA *
MARIA BEATRIZ GOMES BELLENS PORTO *

Nos últimos meses de 2020, a área de História, assim como as demais áreas do conhecimento científico brasileiro, tem se organizado para a adaptação ao novo Qualis¹, sistema de avaliação de periódicos científicos. Soma-se à questão, a falta de incentivo voltada para as revistas discentes, situação agravada com os severos cortes das verbas destinadas ao apoio à

* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins, PCI-CNPq. (Email: alinemcs@gmail.com).

* Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. (Email: fduret@gmail.com).

* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, Professora Adjunta no Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). (Email: julianatrp@gmail.com).

* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora no Ensino Fundamental II e Ensino Médio em História, Sociologia e Filosofia e Pesquisadora consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO. (Email: mbporto@gmail.com).

¹ Criado no final da década de 1990, o índice de classificação Qualis, da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, visa avaliar as revistas, publicações científicas e outros elementos dos programas de pós-graduação *strictu sensu*. Este índice passou por algumas reformulações nos critérios e atualmente é calculado por um sistema de avaliação baseado em critérios como indexação em bases, escopo e pertinência na área, além de amplitude de acesso e outros indicadores de área. Alguns pesquisadores apontaram, ao longo dos anos, alguns problemas da reformulação dos critérios de classificação e do impacto nas revistas que tentam ganhar reconhecimento nas grandes áreas de conhecimento. Cf. ROCHA-E-SILVA, Mauricio. O novo Qualis, ou a tragédia anunciada. *Clinics*, São Paulo, v. 64, n. 1, p. 1-4, Jan. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-59322009000100001&lng=en&nrm=iso>. acessado em 17 Dez. 2020. CAMELLI, Bruno. Classificação dos periódicos no sistema QUALIS da CAPES: a mudança dos critérios é urgente!. *Rev. bras. ortop.*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 1-2, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-36162010000100002&lng=en&nrm=iso>. acessado em 17 Dez. 2020. Fundação Oswaldo Cruz. Carta aberta sobre a proposta do Qualis Periódico [internet]. [acesso em 2019 set 10]. Disponível em: http://periodicos.fiocruz.br/sites/default/files/anexos/carta_FECF_criterios-Qualis-Capes_v2_Fitosassina_22082019_0.pdf NASSI-CALÔ, L. A miopia dos indicadores bibliométricos [online]. *SciELO em Perspectiva*, 2017 [Acessado em: 17 dez. 2020]. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2017/06/01/a-miopia-dos-indicadores-bibliometricos/>

pesquisa e à produção de conhecimento nas instituições de ensino superior e, em especial, na grande área das Ciências Humanas.

Nesse sentido, torna-se ainda mais delicada a sobrevivência dos periódicos no qual atua e publica o corpo discente — seja com o trabalho editorial ou com produção que se traduz em publicações. Assim, fica clara a disparidade com as revistas destinadas à publicação de docentes doutores, pois o controverso índice ‘H’² traz novas questões para os periódicos vistos como menos importantes – ainda que todas as revistas estejam sendo afetadas pelo índice -, incitando pós-graduandos a se perguntarem sobre o lugar da, cada vez mais cobrada, produção discente.

É nesse contexto que a *Ars Historica* completa dez anos de existência, com 20 edições publicadas. Da primeira edição até a atual organização, muito mudou, e a memória da revista se confunde com as histórias do Programa de pós-graduação em História Social da UFRJ — antes no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e, atualmente, no Instituto de História (IH) — dos alunos e das alunas que por ela passaram ao longo dos anos, inclusive dos que escrevem este texto.

Dezenas de discentes participaram do comitê editorial, acompanhando os ingressos, reingressos e conclusões de alunos no Programa e o abrupto decréscimo do volume de recursos financeiros recebidos pelos Programas de Pós-graduação (PPGs). O primeiro comitê foi formado, em 2009, exclusivamente por alunos do curso de mestrado. A iniciativa atendia a uma demanda daquele momento, pois, se de um lado, os PPGs pressionavam, cada vez mais, os seus alunos a publicarem artigos em periódicos, o que elevaria a nota das avaliações quadrienais dos programas; do outro lado, havia poucas revistas que aceitavam a submissão de manuscritos de autores que ainda não tinham a titulação de doutor ou que não eram docentes do ensino superior.

² O fator de impacto de cada periódico para a área de História foi calculado com base no índice H10 (ou seja, levando em conta os últimos dez anos) a partir da base Google Scholar. O índice H é obtido a partir do número de citações de cada artigo publicado no periódico em questão. De acordo com Petronio Tomaz, Renato Assad e Luiz Moreira: “O índice H de um pesquisador é definido com o número de artigos publicados pelo pesquisador, os quais obtenham citações maiores ou iguais a esse número. Por exemplo, quando dizemos que o índice H de um pesquisador é dez, significa que ele tem, pelo menos, dez artigos publicados, cada um deles com, pelo menos, dez citações. Quanto maior o número de artigos de grande interesse publicado pelo pesquisador, maior será o número de citações alcançadas, e maior será seu índice H, refletindo a qualidade acadêmico-científica do pesquisador e sua capacidade produtiva. Entretanto, apenas o número total de artigos, por exemplo, pode mascarar a falta de relevância de cada texto, isoladamente. Podemos assim dizer que o índice H é o resultado do equilíbrio entre o número de publicações e o número de citações”. THOMAZ, Petronio Generoso; ASSAD, Renato Samy; MOREIRA, Luiz Felipe P.. Uso do Fator de impacto e do índice H para avaliar pesquisadores e publicações. *Arq. Bras. Cardiol.*, São Paulo, v. 96, n. 2, p. 90-93, Feb. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2011000200001&lng=en&nrm=iso>. acessado em 17 Dez. 2020.

Instituiu-se então o sistema de trabalho horizontal, que prevaleceu por algum tempo, no qual os discentes da revista atuavam em subcomitês para a execução de todas as etapas do processo editorial, ou seja, da divulgação da chamada até a publicação da edição no site da revista.

A segunda edição parece ter marcado a popularização da *Ars Historica*, tanto dentro do PPGHIS quanto fora dele. Após uma curta abertura para chamada de artigos livres, foi recebido um número altíssimo de submissões de textos de discentes de diversas instituições de todo o Brasil. Foi a partir desta edição que a revista ganhou seu ISSN, conferindo maior caráter de oficialidade à publicação. Além disso, as candidaturas para participação no comitê passaram a abranger mestrandos e doutorandos, modificando um pouco o perfil da *Ars Historica*, pois alguns já traziam a experiência de ter participado de uma revista discente em outras instituições ou na própria *Ars* como mestrandos. No semestre seguinte, na transição para a terceira edição, como efeito da corrida pela produtividade, que implicava na possibilidade de obtenção de uma bolsa de estudos — algo que, à época, passava longe de ser artigo raro —, a quantidade de candidaturas para a participação no comitê aumentou significativamente. Portanto, entre 2010 e 2012, com um apoio sensível do Programa, a forma de editoração da revista se estabeleceu a partir da prática. O apoio dos professores externos que atuavam como pareceristas, também era indispensável. Logo, situações inusitadas ocorreram, como o caso de uma submissão de texto totalmente plagiado de um artigo. No processo de avaliação cega pelos pares, o parecerista convidado reconheceu o texto como de sua autoria, comprovando-a junto ao comitê. Assim, o fato deixou os membros do comitê mais atentos, afinal, eles eram responsáveis pelo convite aos pareceristas e por manter o diálogo com os autores durante o processo editorial. Aposição era demasiado delicada para intermediar a questão. Apesar disso o problema foi resolvido e a experiência, adquirida.

Foi no final desse período que começaram os primeiros esforços para dotar a revista de uma normativa que fosse adequada aos moldes da classificação Capes. Desse modo, reuniões e debates entre os membros do comitê levantavam a possibilidade da criação de um regimento interno para a *Ars Historica*. Propunha-se uma divisão de tarefas setorizada e debatia-se a necessidade de um editor-chefe. Se antes as decisões eram feitas em grandes reuniões, menos estruturada hierarquicamente e de forma coletiva, a criação de um estatuto e da função de editor-chefe trouxe uma organização operacional efetiva. Modificava-se, assim, o perfil inicial da revista.

Em 2014, ao abrir uma ampla chamada de artigos de temas livres para compor a nona edição da *Ars Historica*, o volume de artigos recebidos foi ainda mais surpreendente. Com o material recebido, foram publicados quatro volumes da revista: as edições 9ª (julho/dezembro 2014), a 10 (janeiro/junho 2015), a 11 (julho/dezembro 2015) e, ainda, parte da edição 12 (janeiro/junho 2016). Vale ressaltar que era costume que, quando ocorria a Jornada Discente de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado, a *Ars Historica* fosse responsável pela publicação dos Anais do evento, o que encerrou-se com a edição 10, uma vez que aqueles passaram a ser publicados de forma autônoma.

Ainda no ano de 2015, por uma questão de reorganização interna, a revista ficou com apenas quatro editores, os quais optaram por retomar a dinâmica de administração horizontal. Vale destacar que, para uma revista discente, é normal que haja disparidade entre as edições, no número de editores, pois as publicações estão alinhadas com os períodos de transição para os estudantes, com os prazos de defesa e de qualificação exigidos pelo Programa. Assim, é comum que muitos editores peçam desligamento da Revista concomitantemente, a fim de se voltarem unicamente à própria pesquisa. No tocante aos registros da Revista, esses se encontravam em ambientes virtuais, armazenados em *drives* e no e-mail criado para a submissão de artigos e para a editoração, o que foi muito importante, pois, até esta edição, a revista trabalhou com o sistema de submissões e editoração via e-mail com o uso do *drive*. Além disso, os membros anteriores do Comitê passaram a oferecer treinamento aos novos integrantes.

O ano de 2016 marcou o início de uma série de mudanças na Revista, tanto na organização quanto na editoração, quanto em sua identidade visual. A primeira foi a convocatória para novos editores, que passou a ser feita na reunião presencial de acolhimento dos novos discentes ingressantes no PPGHIS. Nessa reunião, os editores passaram a apresentar o trabalho da Revista, convidando os alunos. Explicavam, assim, que a revista é uma possibilidade de entrar em contato com outras pesquisas e pesquisadores, obter experiência e currículo em editoração e, também, conhecer outros mestrandos e doutorandos, com quem não necessariamente teriam contato nas aulas e laboratórios, pois até o ano de 2020, o programa era setorizado em três linhas de pesquisa, que tendiam a manter nichos de alunos. Desse modo, a revista tende a ser um espaço de socialização acadêmica, na qual é possível criar laços profissionais e de amizade, como o caso dos autores desse texto.

Ainda em 2016, houve um processo de popularização de revistas e publicações em redes sociais. Assim, surgia uma nova preocupação dos editores para atualizar a rede social da Revista a página do Facebook, que começou a contar com postagens relacionadas à área de história para pesquisadores e interessados no tema de modo geral. Esta é uma prática que permanece e, semanalmente, publicam-se conteúdos da própria Revista, divulgando os artigos, a fim de aumentar a visibilidade da *Ars Historica* por meio do maior alcance de seguidores. Como a visibilidade era importante, fez-se necessária a criação de uma identidade visual para a revista. Para isso, os editores, com apoio do PPGHIS, contrataram um designer gráfico para executar esse trabalho. Dessa forma, o designer Ricardo Durski começou a elaborar uma série de itens: capa, marca d'água, logotipo, banner virtual, etc.. Cabe destacar que Durski atuou, primeiro de forma colaborativa e, depois, passou a receber semestralmente pelo Programa para elaborar as capas e materiais para a divulgação das edições. Sua contribuição durou até 2019, quando a revista teve sua verba reduzida bruscamente devido aos cortes realizados pela CAPES. Ainda sobre o processo de profissionalização da revista, também se instituiu o envio de artigos para a revisão profissional, trabalho que é essencial para elevar a qualidade dos artigos publicados. Estas ações são exemplos de valorização que a revista teve junto ao PPGHIS.

Outra questão importante foi a proposta de reestruturação editorial que estabelecia um limite de artigos para os dossiês temáticos, com artigos enviados em chamada pública. O Comitê editorial decidiu convidar, para entrevistas, professores doutores e professores ligados à pós-graduação de regiões distintas do país, pensando, estrategicamente, na avaliação da CAPES, o que se tornou uma seção tradicional da Revista a partir da 13ª edição (julho/dezembro de 2016). Ademais, as seções da revista foram divididas em artigos de temática livre, artigos de dossiês temáticos, resenhas e, por fim, notas de pesquisa para graduandos. Este último, visando estimular a divulgação de pesquisas de docentes da graduação, pois poucas revistas agregavam tais trabalhos. Nesse período, o curso de bacharelado em História da UFRJ não contava com uma revista voltada a este segmento desde o fim do Caderno Universitário de História em 2014; a No entanto, a Revista *Outro*, formada pelos discentes de graduação em História da UFRJ, foi criada em 2017, retomando um espaço importante após o fim do Caderno Universitário de História.

Na verdade, a produção da edição de número 13, foi na qual houve o maior número de mudanças. Nesse período, foi elaborada uma chamada pública com dossiê temático, a qual

estabelecia tempo para submissão, a fim de evitar a alta procura ocorrida na 9ª edição. Ainda na preparação da edição de número 12, foi decidido que os temas dos dossiês seguintes seriam ‘Império Português’ e ‘História, Áudio e Visual’ para os números 13 e 14.

Assim, com o dossiê “Império português em perspectiva: sociedade, cultura e administração (XVI – XIX)”, foi realizada uma entrevista com a professora Erika Dias, participante do Projeto Resgate³, iniciativa fundamental para pesquisadores do período referente ao dossiê. Convidou-se um professor do Programa para redigir um artigo de apresentação do dossiê, o Professor Doutor Antônio Carlos Jucá de Sampaio. A partir dessa edição, a revista passou a adotar o convite para o editorial como prática com a proposta de manter diálogos próximos entre os docentes do PPGHIS e a *Ars*.

À essa altura, com o impacto da reforma interna e da ampla divulgação, a revista contava com 11 editores. O comitê editorial se esforçava, cada vez mais, para criar uma memória de seu trabalho e organizar melhor as funções, a fim de evitar sobrecargas desnecessárias. Foi assim que os editores investiram na criação de modelos de submissão de trabalhos (artigos, notas de pesquisa e resenhas), disponibilizando as normas em formato Word. Ao mesmo tempo, houve a centralização do trabalho, que passou a ser administrado pela doutoranda Maria Beatriz Gomes Bellens Porto, que entrou para o corpo editorial durante a elaboração da 10ª edição (2015). A proximidade e facilidade de acesso ao Programa eram fatores importantes para a editoração da revista, pois os coordenadores do PPGHIS eram os responsáveis por elaborar e assinar recorrentemente as cartas de aceite, bem como as declarações de pareceristas e dos próprios editores. A administração de Maria Beatriz Porto, nesse sentido, foi peça-chave, pois ela era a única que morava no Rio de Janeiro.

³ O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco foi criado em 1995, tendo como objetivo a identificação, descrição, digitalização e difusão dos documentos históricos relativos à História do Brasil Colonial (XVI-XIX) existente em arquivos europeus, mas, sobretudo, das atividades do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Aproximadamente 340.000 documentos (perto de três milhões de páginas manuscritas), relativos a 18 capitanias da América portuguesa, depositados no renomado Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) – o maior acervo de documentação colonial brasileira no exterior – foram descritos, classificados, microfilmados e digitalizados. O projeto encontra-se em fase avançada, com 19 catálogos da documentação publicados em 25 volumes, 3 catálogos em preparação, 3 guias fontes publicados e número expressivo de CD-ROMs de documentos digitalizados. Atualmente o Projeto Resgate foi absorvido pela Biblioteca Nacional e está disponível no seguinte link de acesso: <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>.

Desse modo, houve um movimento espontâneo dos editores para a retomada do cargo de editor(a) chefe. Em uma votação, foi aprovado e, o cargo instituído provisoriamente. Na verdade, observou-se que, mesmo que houvesse um acordo de manter a administração horizontal nas edições anteriores, um editor específico centralizava as demandas e as organizava.

No início de 2017, mais especificamente no mês de abril, após uma reunião com o então coordenador do PPGHIS, Marcos Bretas, o colegiado aprovou a criação do cargo de Editor-chefe da revista discente *Ars Historica*, iniciativa apoiada por todos os professores presentes. A criação do cargo de editor-chefe serviu para dinamizar o processo do trabalho editorial. No mesmo colegiado, a então vice-coordenadora do PPGHIS, Lise Sedrez, indicou a possibilidade de uma aproximação maior com a Revista Docente *Topoi* e sugeriu que houvesse o avanço no processo de indexação em bases de divulgação, como o Scielo, além de outros. A revista está indexada de forma ainda tímida em algumas bases brasileiras, mas continua trabalhando para divulgar seu conteúdo em outros ambientes.

Como a reformulação interna já tinha sido feita, a *Ars Historica* buscou um diálogo mais próximo com a *Topoi* e a revista dos graduandos, a *Outrora*. Foram realizadas reuniões aproximando essas esferas distintas da vida acadêmica: a *Ars*, com os editores, o professor Henrique Gusmão, como editor chefe da *Topoi*. Essas reuniões ajudaram a determinar o que era preciso para profissionalizar a revista, como o uso de indexadores para maior visibilidade e a integração ao sistema OJS/SEER. Também ocorreram encontros com os graduandos, que então retomavam um trabalho tão importante com a Revista *Outrora*.

Nesse sentido, entre 2015 e 2017, a Revista *Ars Historica* passou por uma série de reformulações internas, aumentou o número de reuniões, investiu no potencial de alcance, estabeleceu e mediou redes com outras instâncias do IH — dos professores aos graduandos —, tudo isso em uma conjuntura política na qual já havia cortes orçamentários e de bolsas na pós-graduação, por um discurso de desvalorização das pesquisas de discentes. No entanto, a revista continuou a existir pois contou com o trabalho árduo dos editores, inclusive dos que já haviam passado pela Revista desde a primeira edição.

No ano de 2018 as edições foram dedicadas à História da África. Assim, a escolha da história africana, com liberdade temática e temporal, estava relacionada às três questões em voga. A primeira, relacionava-se às pesquisas e orientações desempenhadas pela professora

Mônica Lima, professora do PPGHIS e especialista da área, a qual teve a tarefa de apresentação do dossiê. Já o segundo elemento chave de escolha do dossiê dedicava-se à promoção de um debate sobre o longo processo de implementação da lei nº 10.639/2003, a qual versa sobre a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena” na educação básica. Por fim, havia o estabelecimento das ações afirmativas no processo seletivo do Programa, com a deliberação da inserção de cotas para a pós-graduação.

Durante a chamada para este dossiê, foram recebidos muitos artigos e notas de pesquisa, os quais permitiram que, tal como no ano anterior, a programação de dossiês ficasse para o ano seguinte e, assim, foi dado um destaque maior para as notas de pesquisa dos alunos da graduação no número 17. Paralelamente, o décimo sétimo número também marcou o cinquentenário dos movimentos de maio de 1968. A aparente discrepância de temas ganhou significado, principalmente, se observada no momento da consolidação do impeachment de 2016, o qual depôs a primeira presidenta democraticamente eleita no Brasil, abrindo caminho para a ascensão da extrema direita e dos setores militares nas eleições gerais de 2018. Ainda que não soubéssemos exatamente o que esperar daquele que, despoticamente, ocupa o cargo de Chefe de Estado, conjugar temas que são alvos preferenciais de seus ataques e de seu séquito foi, no mínimo, tarefa ousada.

Vale ressaltar que os comitês editoriais atuais têm mantido contato e proximidade com membros egressos e com a coordenação do PPGHIS. Essa parceria, inclusive, resultou em novos frutos, como a retomada do antigo projeto, hoje em vias de finalização, da migração da *Ars Histórica* para o Portal de Periódicos da UFRJ. Com isso, a revista passará a ser administrada pela plataforma *Open Journal System* (OJS/SEER) permitindo uma gestão mais ágil e segura, bem como um processo de editoração mais profissionalizado.

Para comemorar os dez anos da *Ars Historica*, nós, os autores, ao longo deste breve texto, pudemos rememorar os espaços pelos quais transitamos durante nossa jornada na pós-graduação. Participar da revista foi importante em nossa formação, tanto acadêmica como pessoal. Por meio da nossa experiência na *Ars*, tomamos conhecimento do funcionamento interno de um periódico científico, compreendemos e acompanhamos os caminhos pelos quais um texto passa, desde a sua submissão até a sua publicação, entendemos como funciona o processo de avaliação pelos pares e o seu valor como etapa fundamental para a validação da

produção de conhecimento científico. E, para encerrar, vida longa às imprescindíveis revistas discentes!

Referências

CARAMELLI, Bruno. Classificação dos periódicos no sistema QUALIS da CAPES: a mudança dos critérios é urgente!. **Rev. bras. ortop.**, São Paulo , v. 45, n. 1, p. 1-2, 2010 . Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-36162010000100002&lng=en&nrm=iso> . acessado em 17 Dez. 2020.

Fundação Oswaldo Cruz. Carta aberta sobre a proposta do Qualis Periódico [internet]. [acesso em 2019 set 10]. Disponível em: http://periodicos.fiocruz.br/sites/default/files/anexos/carta_FECF_criterios-Qualis-Capes_v2_Fitosassina_22082019_0.pdf

MOREIRA, Luiz Felipe P.. Uso do Fator de impacto e do índice H para avaliar pesquisadores e publicações. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo , v. 96, n. 2, p. 90-93, Feb. 2011 . Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2011000200001&lng=en&nrm=iso >. acessado em 17 Dez. 2020.

NASSI-CALÒ, L. A miopia dos indicadores bibliométricos [online]. *SciELO em Perspectiva*, 2017 [Acessado em: 17 dez. 2020]. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2017/06/01/a-miopia-dos-indicadores-bibliometricos/>

ROCHA-E-SILVA, Mauricio. O novo Qualis, ou a tragédia anunciada. **Clinics**, São Paulo , v. 64, n. 1, p. 1-4, Jan. 2009 . Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-59322009000100001&lng=en&nrm=iso >. acessado em 17 Dez. 2020.